



INFORME SOCIOECONÔMICO

017



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NO PIAUÍ EM 2021

Este informe tem como foco a análise das informações relacionadas à desigualdade de rendimentos e à pobreza no Estado do Piauí no ano de 2021. As análises foram elaboradas com base na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), que retrata a estrutura social do Brasil e suas Unidades da Federação, a partir dos indicadores socioeconômicos atualizados. Nesta publicação de periodicidade anual constam os seguintes eixos: estrutura econômica e mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de rendimentos; condições de saúde.

O informe analisa os dados do Piauí referentes ao Índice de Gini, rendimento domiciliar per capita e pessoas que vivem na linha de pobreza, referenciando e/ou comparando com os demais estados da região Nordeste.

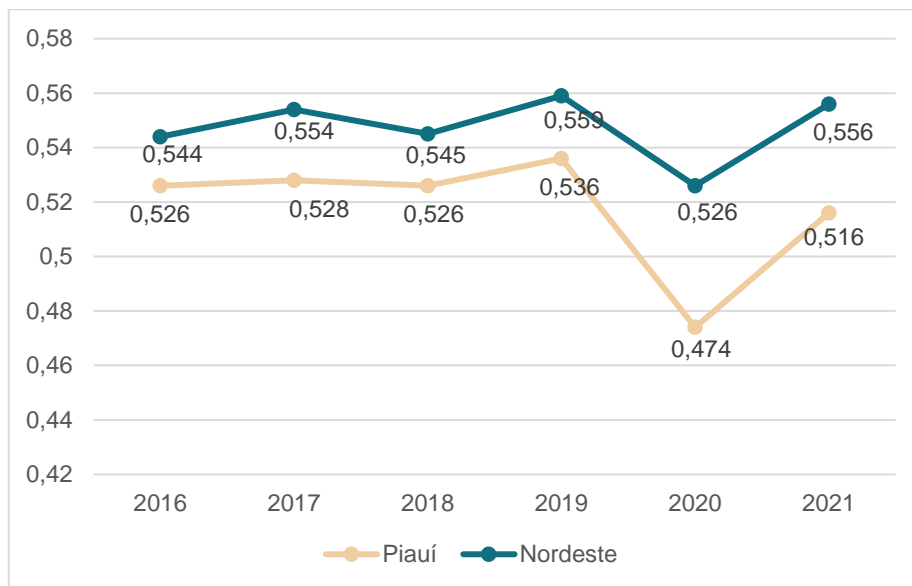


O nível de desigualdade de renda no Piauí é menor do que o Nordeste

O Índice de Gini mensura o grau de desigualdade na distribuição de renda, podendo variar de 0 (zero) a 1 (um), sendo que, quanto mais próximo de 0 (zero) menores os níveis de desigualdade e quanto maior a proximidade do 1 (um), maior a concentração de renda em determinado grupo.

Conforme demonstrado no Gráfico 1, o Piauí registrou, no ano em referência, índices inferiores aos da região Nordeste, constatando, assim, ter menor concentração de riqueza em um grupo específico. Vale ressaltar que, no ano de 2021, a distribuição de renda no Piauí alcançou expressivo aumento (0,516), em comparação com 2020. Apesar da piora no último ano, o Estado ocupa posição favorável, quando considerada a realidade regional (0,556), fato que pode estar associado à redução do valor do auxílio emergencial, o que impactou negativamente a renda dos mais vulneráveis.

Gráfico 1 - Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Piauí e Nordeste – 2016 a 2021



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).



Queda na proporção de piauienses com menores faixas de rendimento domiciliar per capita

O rendimento mensal domiciliar per capita é calculado pela razão entre a soma dos rendimentos mensais de todos os moradores (todas as fontes de renda) pelo número total de indivíduos que residem no domicílio.

Em se tratando da distribuição percentual de pessoas com rendimento domiciliar per capita, observou-se que, em 2020, cerca de 16,4% dos piauienses tinham a renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo; já em 2021, esse percentual alcançou 25,7%, constatando-se, assim, uma ampliação de 9,3 p.p.

Para além disso, notou-se que, no Piauí, a maior concentração está no grupo que percebe valores entre $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo, tendo sido identificada variação, ora para mais, ora para menos, em todo o período analisado. Outro fato percebido, em 2021, foram as reduções no percentual de pessoas sem rendimento nas variações entre mais $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$; mais de $\frac{1}{2}$ até 1; mais de 1 a 2 e mais de 3 a 5 salários mínimos, quando comparados aos resultados de 2020, conforme está posto na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição percentual das pessoas por rendimento domiciliar per capita – Piauí

Rendimentos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Sem rendimento	0,5%	0,6%	0,4%	0,7%	0,7%	0,4%
Mais de zero até $\frac{1}{4}$	24,7%	25,4%	25,4%	24,2%	16,4%	25,7%
Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$	27,2%	26,2%	25,3%	26,6%	27,0%	23,0%
Mais de $\frac{1}{2}$ até 1	27,6%	27,6%	27,1%	28,9%	32,3%	30,2%
Mais de 1 a 2	14,1%	13,7%	14,4%	12,7%	17,9%	14,5%
Mais de 2 a 3	2,4%	3,4%	3,8%	3,1%	2,8%	3,5%
Mais de 3 a 5	2,1%	2,0%	2,5%	2,2%	1,7%	1,4%
Mais de 5	1,4%	1,1%	1,1%	1,6%	1,2%	1,4%

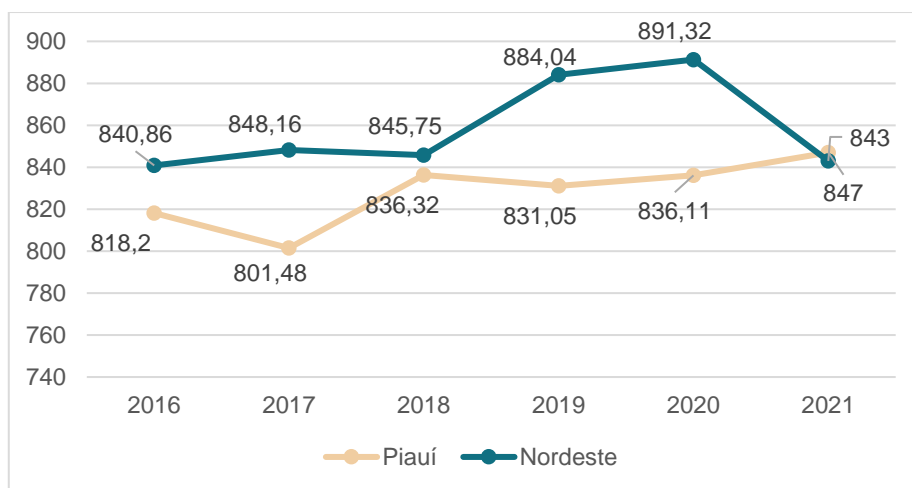
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

O Gráfico 2 demonstra que, no Piauí, houve ampliação nos valores do rendimento domiciliar per capita, saindo de R\$ 836,11, em 2020, para R\$ 843,00, ou seja, 6,89 reais a mais. O



Nordeste teve efeito contrário, pois de R\$ 891,32 caiu para 847 reais, no mesmo período, um decréscimo de R\$ 44,32, quase 5 p.p.

Gráfico 2 - Rendimento domiciliar per capita médio (R\$1,00) – Piauí e Nordeste – 2016 a 2021

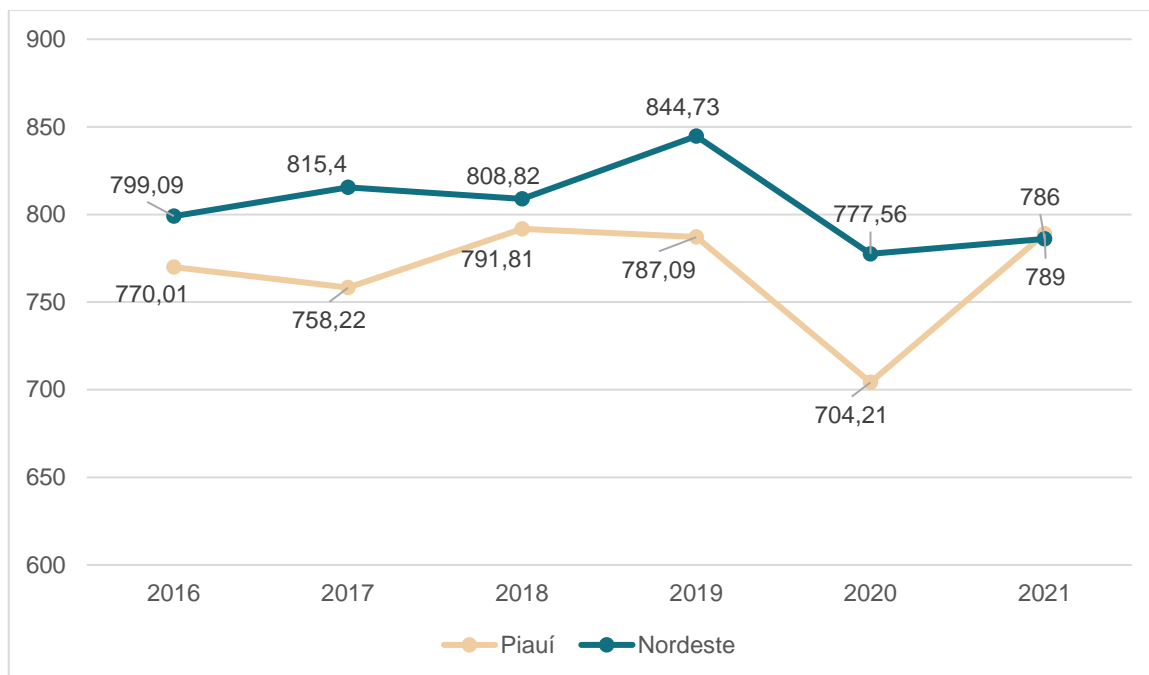


Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

O gráfico a seguir trata do rendimento domiciliar per capita médio da população, sem a participação dos programas de transferências de renda. Quando comparados os anos de 2020 com 2021, foi possível observar uma variação para mais nos valores, no Piauí, que saiu de R\$ 704,21 para 786 reais, uma ampliação de R\$ 81,79. No Nordeste ocorre, também, um crescimento nos valores, mas bem inferiores aos verificados no Estado (R\$ 8,44), no mesmo período.



Gráfico 3 - Rendimento domiciliar per capita médio sem a inclusão dos benefícios dos programas sociais governamentais – Piauí e Nordeste – 2016 a 2021



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Crescimento da proporção de piauienses que vivem na linha da pobreza em 2021

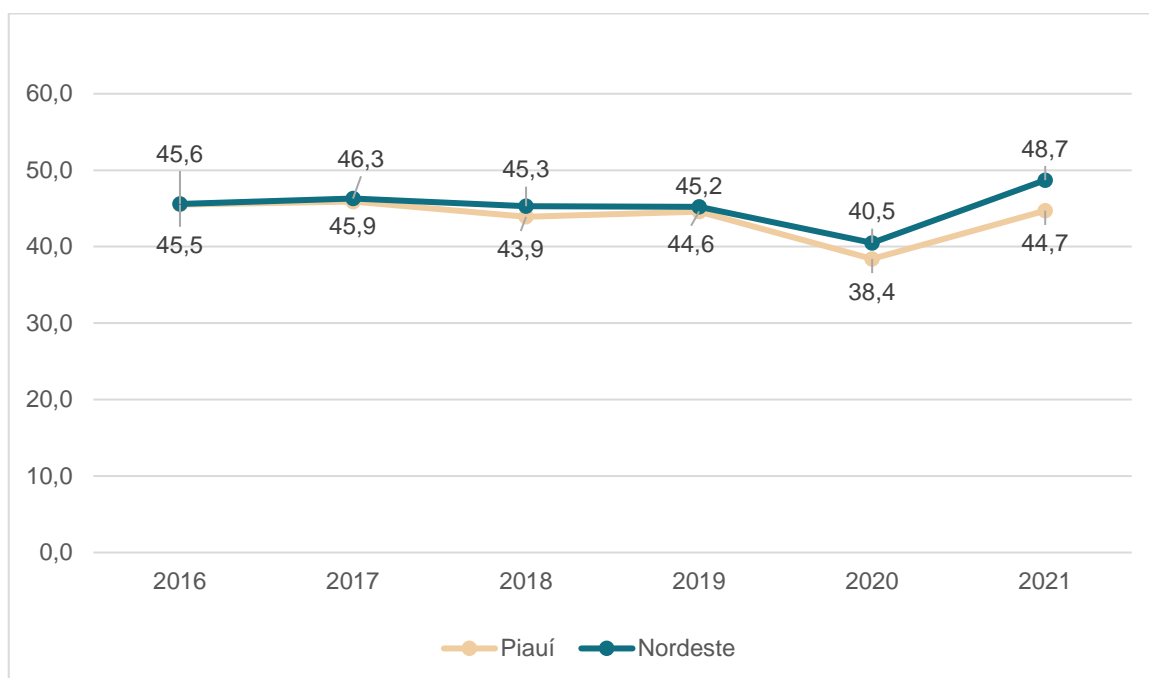
A pobreza é um fenômeno que causa impactos profundos sobre as condições de vida da população e está relacionada a uma multiplicidade de fatores cuja complexidade e multidimensionalidade tem demandado de especialistas, governos e agências internacionais de desenvolvimento o uso de metodologias que permitam sua mensuração.

Para tanto, existem inúmeros parâmetros que definem as pessoas em situação de pobreza, dentre eles está o adotado pelo Banco Mundial (World Bank), que utiliza três linhas a depender do nível de renda dos países. Para países de renda baixa, o valor, atualmente, está fixado em US\$ 1,90, por dia, em termos de Paridade de Poder de Compra (PPC) a preços internacionais de 2011, enquanto que os de renda média-baixa tem valor de US\$ 3,20, por dia e os de renda média-alta adotam US\$ 5,50, por dia, grupo em que o Brasil está inserido.



O Gráfico 4 aponta que houve crescimento da proporção de pessoas da linha de pobreza, no Piauí, pois saiu, em 2020, de 38,4 para 44,7 em 2021, um crescimento de 6,3 na proporção. O Nordeste apresentou valor proporcional superior ao do Estado, 8,2, no mesmo período.

Gráfico 4 - Proporção de pessoas que vivem na linha de pobreza no valor de US\$ 5,50 por dia em PPC (%) – Piauí e Nordeste – 2016 a 2021



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).
 Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

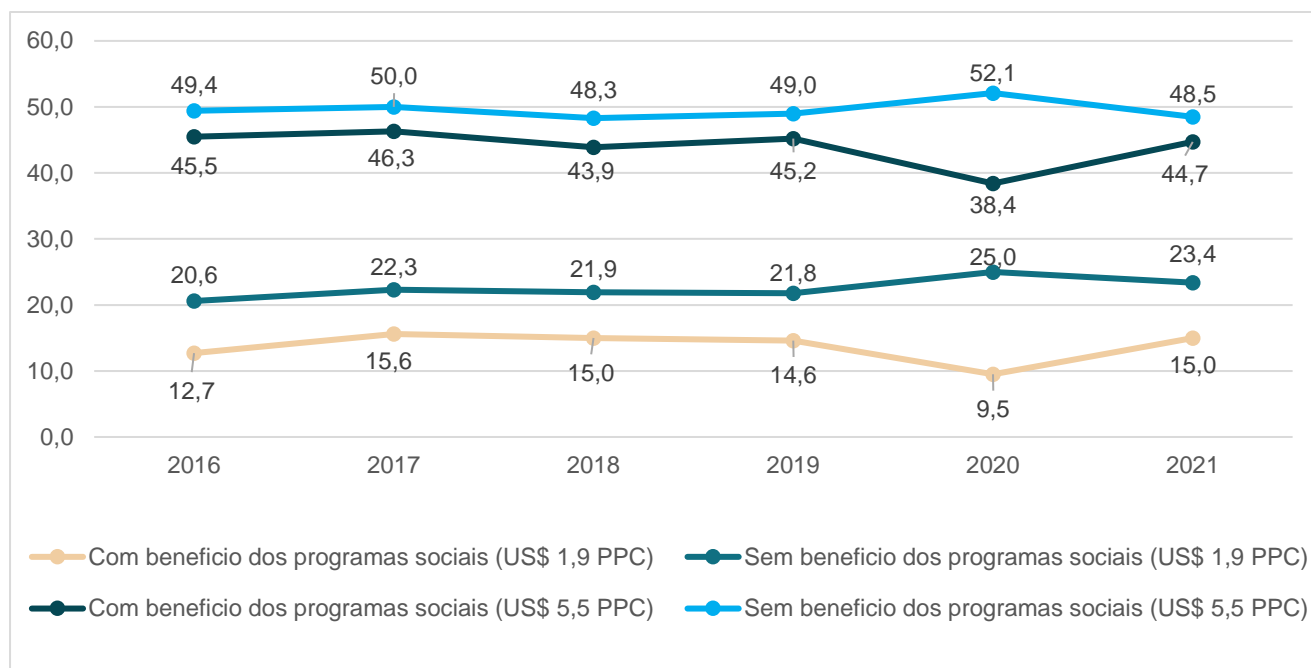
No ano de 2020, o Piauí atingiu a menor proporção de pessoas na linha de pobreza, considerando o recorte financeiro de US\$ 5,50 por dia, em (PPC). Tais resultados podem estar diretamente relacionados à ampliação dos programas de transferência de renda, decorrentes da pandemia da COVID-19, com vistas a atenuar seus efeitos e reduzir a situação de vulnerabilidade socioeconômica das famílias.



De acordo com o IBGE (2021), o percentual de pessoas em situação de pobreza (menos de US\$ 5,5 PPC 2011) e extrema pobreza (menos de US\$ 1,9 PPC 2011), no contexto com e sem as transferências governamentais, tais como o Auxílio Emergencial (AE), o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Observa-se que o implemento dos referidos programas reforça o impacto positivo no enfrentamento e gestão da crise sanitária, bem como na redução da pobreza.

Como demonstrado no gráfico, a proporção de pessoas em situação de pobreza (US\$5,5 PPC), com benefício, sofreu elevação entre os dois últimos anos analisados, quando saiu de 38,4 para 44,79, acrescida, portanto, de 6,3 p.p. A situação se repetiu na proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (US\$ 1,9 PPC), pois saiu de 9,5 para 15 p.p, no mesmo período. Na situação inversa ou sem benefício, foi observado que a extrema pobreza sofreu uma leve queda – de 25 para 23,4 p.p, de 2020 para 2021. Enquanto a situação de pobreza apresentou um decréscimo de 3,6 p.p, no mesmo período.

Gráfico 5 - Proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema com e sem os benefícios de programas sociais governamentais (%) – Piauí – 2016 a 2021



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

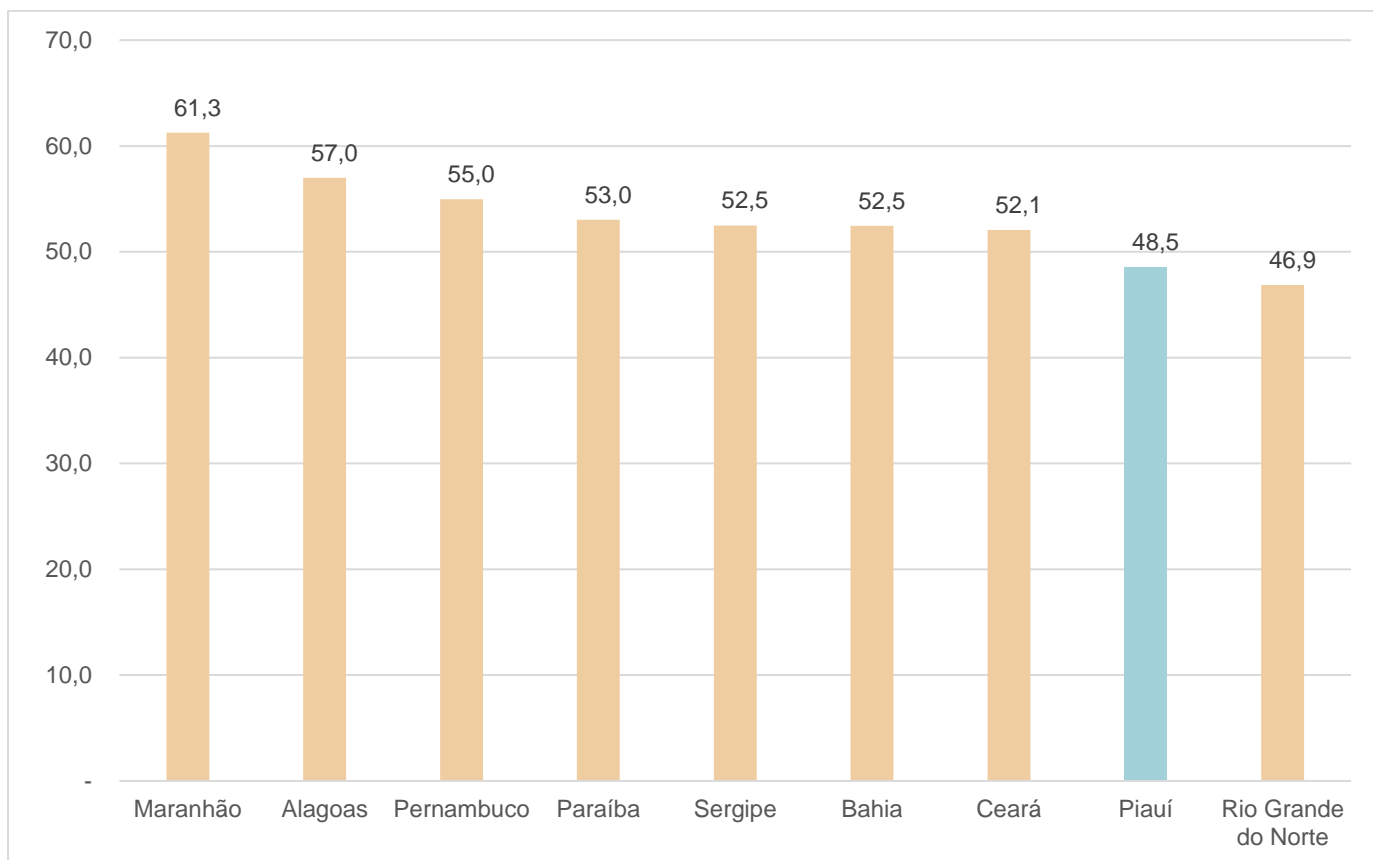


Notas:

1. PPC = Paridade do poder de compra. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.
2. Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada -BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais.
3. Exercício simulado com rendimento domiciliar per capita sem a presença de benefícios de programas sociais.

Ao comparar os estados da região Nordeste, observou-se que o Piauí, em 2021, ficou na penúltima posição no ranking, com 48,5 p.p. na proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza. O Maranhão está na primeira posição, com 61,3 pontos. Isso quer dizer que o Piauí, embora com uma proporção grande de pessoas vivendo na linha de pobreza, ainda assim, encontra-se em situação melhor que sete estados da região.

Gráfico 6 - Proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no valor de US\$ 5,50 por dia – Estados da Região Nordeste – 2021



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).
 Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Excluídas pessoas cuja condição no



domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

Em síntese, pode-se afirmar que mesmo em um contexto de pandemia, ainda assim, o Piauí, no ano de 2021, alcançou melhores valores do índice de Gini, demonstrando diminuição da concentração de renda. E, para além disso, foi observado a grande importância dos programas de transferência de renda para a redução da situação de vulnerabilidade social, uma vez que o Estado registrou a segunda menor proporção de pessoas na linha de pobreza, dos últimos anos.

A pobreza nos anos de pandemia - 2020 e 2021

Pode-se afirmar que mesmo em um contexto de pandemia, o Piauí apresenta menores índices de Gini, quando comparado com o Nordeste, com um leve aumento, em 2021, acompanhando o comportamento regional. Em relação à proporção de pessoas situadas na linha de pobreza foi observado uma diminuição de 52,1%, em 2020, para 48,5% em 2021, considerando os rendimentos sem benefício dos programas sociais. Já os rendimentos calculados a partir da inserção dos programas sociais apontaram para uma ampliação, considerando que em 2020 eram 38,4% e, em 2021, atingiu 44,7%. Com isso, é possível evidenciar o impacto significativo dos programas de transferência de renda no orçamento familiar e na redução das desigualdades sociais.

Para maiores informações acerca da Síntese dos Indicadores Sociais, acessar:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>



Governo do Estado do Piauí

Maria Regina Sousa

Secretaria de Estado do Planejamento

Rejane Tavares da Silva

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - CEPRO

Liége de Souza Moura

Diretoria de Estudos Econômicos e Sociais - DEES

Rebeca Maria Nepomuceno Lima

Gerente de Estudos Sociais

Juciara de Lima Linhares Cunha

Equipe de Elaboração

Juciara de Lima Linhares Cunha

Maria do Socorro Nascimento

João Carlos dos Santos Cardoso (estagiário)

Setor de Publicações

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Luciana Maura Sales de Sousa

Contato

assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br